



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

Dia 15 de Setembro de 2021
Lei nº 661, de 09 de Abril de 2007

Ano XV

Nº 2202



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1717, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.

"Dispõe sobre consignação em folha de pagamento de servidor público ativo ou inativo e de pensionista, na forma que especifica".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I **Das Disposições Gerais**

Art. 1º As consignações em folha de pagamento de servidor público municipal ativo ou inativo e de pensionista da Administração Pública direta e autárquica do Poder Executivo do Município de Monte Carmelo serão reguladas por esta Lei.

Parágrafo único. Considera-se consignação em folha de pagamento o desconto efetuado na remuneração, provento ou pensão de servidor público ativo ou inativo e de pensionista da Administração Pública direta e autárquica, cujo objeto é o adimplemento de obrigações de sua titularidade, assumidas junto aos consignatários enumerados nesta Lei.

Art. 2º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - consignante: o órgão ou entidade da Administração Pública direta e autárquica do Poder Executivo Municipal, que procede aos descontos relativos às consignações compulsórias ou facultativas em favor do consignatário;

II - consignatário: o beneficiário dos créditos resultantes da consignação compulsória ou facultativa;

III - consignação compulsória: desconto incidente sobre a remuneração, provento ou pensão, efetuado por força de lei ou mandado judicial;

IV - consignação facultativa: desconto incidente sobre a remuneração, provento ou pensão, mediante prévia e expressa autorização da autoridade consignante e do servidor ativo, aposentado ou pensionista.

Art. 3º São consideradas consignações compulsórias:

I - contribuição para a Previdência Social;

II - pensão alimentícia fixada e determinada judicialmente;

III - imposto incidente sobre a renda e proventos de qualquer natureza, conforme estabelecido em legislação específica;

IV - reposição e indenização ao erário;

V - cumprimento de decisão judicial ou administrativa;

VI - outros descontos instituídos por lei.

Art. 4º São consideradas consignações facultativas:

I - mensalidade a favor de entidades sindicais e associações de servidores públicos;

II - mensalidade de seguro de vida instituído em favor do consignado e seus beneficiários;

III - mensalidade de plano de previdência privada em favor do consignado e seus beneficiários;

IV - mensalidade para plano de saúde em favor do consignado e seus beneficiários;

V - amortização de financiamento de empréstimo pessoal.

Parágrafo único. O prazo máximo permitido para a consignação a que se refere o inciso V do *caput* é de 96 (noventa e seis) meses.

CAPÍTULO II **Dos Consignatários**

Art. 5º Para efeito de consignação facultativa, somente serão admitidos como consignatários:

I - instituição constituída sob a forma de cooperativa, de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

II - entidade de previdência complementar:

a) fechada, sujeita à regulação e fiscalização do Conselho Nacional de

Previdência Complementar – CNPC e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC;

b) aberta, sujeita ao controle e fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

III - instituição bancária ou financeira, com funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil;

IV - entidade sindical;

V - associações representativas de servidores, cujo corpo diretivo e seus órgãos colegiados sejam compostos por servidores e que deles façam parte servidores públicos municipais das categorias que representam;

VI - sociedade seguradora devidamente autorizada e sujeita à regulação e fiscalização da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

VII - instituição que opere planos ou seguros de assistência à saúde, nos termos da Lei Federal nº 9.656, de 03 de junho de 1998.

CAPÍTULO III **Do Credenciamento dos** **Consignatários**

Art. 6º O credenciamento dos consignatários será deliberado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo, após exame da regularidade da documentação e atendimento dos requisitos necessários, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. A Administração Pública não integrará a relação de consumo originada entre o tomador do empréstimo e o consignatário, não se responsabilizando, de nenhum modo, pela dívida ou eventual inadimplência ou pendência do servidor público municipal ativo ou inativo ou de pensionista, limitando-se sua responsabilidade ao desconto, à retenção e ao repasse dos valores contratados.

Art. 7º O credenciamento de consignatários se fará pelo prévio preenchimento de requerimento, por meio de formulário próprio, conforme Anexo I, acompanhado dos seguintes documentos:

I - termo de procuração, por instrumento público ou instrumento particular com firmas reconhecidas;

II - relação de serviços oferecidos;

III - minutas dos contratos que serão firmados entre o consignatário e o consignado;

IV - certificado de regularidade jurídico-fiscal – CRJF, emitido pelo Departamento de Licitações;

V - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

VI - ato constitutivo e alterações em vigor;

VII - ata da última eleição e posse de diretoria estatutária e órgãos colegiados;

VIII - alvará de funcionamento;

IX - certificado de registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, quando se tratar de cooperativa constituída de acordo com a Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;

X - comprovação da observância às Leis Complementares Federais nº 108 e nº 109, ambas de 29 de maio de 2001, na forma estabelecida pelo órgão regulador e fiscalizador, para os consignatários previstos no inciso II do art. 5º;

XI - declaração da condição de servidor efetivo ativo ou inativo, emitida pelo respectivo órgão de lotação ou exercício, para os membros de diretoria e órgãos colegiados, quando se tratar de associações representativas de servidores, na forma do inciso V do art. 5º;

XII - autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central do Brasil, com declaração das operações autorizadas, quando se tratar de cooperativa de crédito e de instituição bancária ou financeira;

XIII - autorização da Agência Nacional de Saúde – ANS, quando se tratar de operadora de plano de saúde ou seguro-saúde;

XIV - autorização de funcionamento expedida por órgãos de governo específicos para cada segmento, em caso de seguradoras e de entidades fechadas e abertas de previdência complementar;

XV - declaração do Ministério do Trabalho e Previdência reconhecendo o sindicato, especificando-lhe a base territorial, categoria de servidores e abrangência, quando se tratar de

consignatário prevista no inciso IV do art. 5º;

XVI - documento para recebimento do valor descontado na folha do consignado, emitido pelo consignatário, informando código bancário, código da agência, número da conta e CNPJ do titular da conta.

Parágrafo único. O responsável pela solicitação de credenciamento do consignatário, ao constituir procurador para representá-lo junto à Administração Pública, deverá fazê-lo por meio de instrumento público ou instrumento particular com firma reconhecida.

Art. 8º A formalização da relação entre a Administração Pública e o consignatário será instrumentalizada mediante termo de convênio com prazo de vigência de 60 (sessenta) meses.

§ 1º O consignatário estabelecido fora do município deverá manter filial ou representante em Monte Carmelo para prestar serviço de atendimento ao consignado, sob pena de descredenciamento e rescisão do termo de convênio.

§ 2º Durante a vigência do termo de convênio firmado, o consignatário deverá manter as mesmas condições de regularidade jurídico-fiscal exigidas no ato de credenciamento.

§ 3º O consignatário deverá submeter ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo qualquer inclusão, alteração ou exclusão de produto ou serviço informado no ato do credenciamento, para análise e eventual aprovação.

CAPÍTULO IV

Do Processamento e Cancelamento das Consignações Facultativas

Art. 9º As consignações facultativas deverão ser averbadas e descontadas em favor do consignatário mediante autorização prévia e expressa do consignado, por meio de formulário próprio e individual, preenchido, em duas vias, pela instituição financeira, devidamente firmado pelo servidor e assentidas pelo Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública municipal direta e autárquica, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 10 Para fins do processamento de consignação facultativa, o consignatário enviará ao órgão competente os dados relativos aos descontos.

§ 1º A remessa dos dados fora dos prazos definidos implicará recusa ou exclusão das respectivas consignações da folha de pagamento do mês de competência.

§ 2º O consignatário disponibilizará boleto para pagamento ao beneficiário que solicitar a quitação antecipada de seu débito, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da solicitação, no qual deverá conter o valor total antecipado do débito, o valor do desconto e o valor líquido a pagar, além da planilha demonstrativa do saldo devedor.

§ 3º O valor mínimo para descontos decorrentes de consignação facultativa é de 1% (um por cento) do salário mínimo.

Art. 11 O valor líquido da remuneração, provento ou pensão, após a dedução das consignações compulsórias e excluídas as vantagens de caráter temporário ou eventual, constitui a base para as consignações facultativas, que não excederão a 30 % (trinta por cento).

Parágrafo único. As consignações facultativas poderão ser renovadas mediante autorização expressa do servidor e do Departamento de Recursos Humanos, observada a reserva de margem consignável.

Art. 12 O desconto das consignações facultativas não incidirá sobre o 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 13 As consignações facultativas poderão ser canceladas:

- I** - por força de lei;
- II** - por ordem judicial;
- III** - por vício insanável no processo de consignação;
- IV** - quando for constatada a prática de ato lesivo ao consignado;
- V** - por motivo de justificado interesse público;
- VI** - a pedido formal do consignatário;
- VII** - por razões de conveniência ou oportunidade, a critério da Administração Pública;
- VIII** - a pedido formal do consignado;
- IX** - pela Administração Pública, unilateralmente e a qualquer tempo, quando for comprovado que a entidade consignatária não atende às exigências legais.

§ 1º O pedido de cancelamento de consignação por parte do consignado deverá ser atendido imediatamente, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado ou no mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

§ 2º A consignação facultativa a que se refere o art. 4º, inciso V somente poderá ser cancelada pelo consignado com a aquiescência do consignatário, mantidos os prazos e encargos originalmente previstos em caso de exoneração antes do término da amortização do empréstimo, cabendo ao consignado, nesse caso, efetuar o pagamento mensal diretamente ao consignatário.

Art. 14 Os repasses dos valores referentes às consignações em favor da instituição financeira serão efetuados até o 17º (décimo sétimo) dia útil de cada mês.

Art. 15 Para cobertura dos custos de processamento, o consignatário arcará com o pagamento de quantia equivalente a 1% (um por cento) do valor de cada consignação facultativa.

Parágrafo único. A quantia a que se refere o *caput* será descontada mensalmente do valor a ser repassado ao consignatário e será recolhida ao tesouro municipal.

CAPÍTULO V

Das Penalidades

Art. 16 A prática de ato lesivo ou a inobservância aos preceitos desta Lei sujeitará o consignatário às penalidades de:

I - suspensão para averbação de novas consignações por até 180 (cento e oitenta dias);

II - descredenciamento e impedimento à concessão de novo credenciamento pelo prazo de 02 (dois) anos, contados da data da publicação da decisão.

§ 1º Para fins do disposto no *caput*, entende-se por ato lesivo a conduta comissiva ou omissiva do consignatário, consistente em:

I - averbação de valor não autorizado ou de valor superior ao autorizado pelo consignado;

II - condicionamento de fornecimento de produto ou serviço a outro produto ou serviço;

III - venda de produto ou serviço inexistente, ou ainda, sem garantia de fruição ou recebimento;

IV - fraude na autorização de desconto em folha de pagamento do consignado;

V - não atendimento das exigências legais ou reiterada inércia na comprovação do atendimento;

VI - descontos por despesas com cartão de crédito e débito;

VII - a divulgação de dados dos consignados sem expressa autorização, inclusive quanto aos limites dos valores para as consignações facultativas, excetuadas as hipóteses de determinação legal ou judicial;

VIII - a divulgação ou a utilização irregular de dados da folha de pagamento;

IX - deixar de manter filial ou representante em Monte Carmelo.

§ 2º A suspensão a que se refere o inciso I do *caput* será fixada considerando a natureza e a gravidade da conduta, observados os seguintes prazos:

I - até 90 (noventa) dias no caso dos incisos I e V do parágrafo 1º;

II - de 90 (noventa) a 180 (cento e oitenta) dias no caso dos incisos II, III e VI do § 1º.

§ 3º A penalidade de descredenciamento e impedimento à concessão de novo credenciamento pelo prazo de 02 (dois) anos, conforme o inciso II do *caput*, será aplicada:

I - em caso de reincidência, no prazo de 12 (doze) meses, em condutas puníveis com suspensão;

II - na hipótese em que for constatada a ocorrência das condutas previstas nos incisos IV, VII, VIII e IX do § 1º.

§ 4º O descredenciamento importará interrupção automática do desconto das consignações.

§ 5º O ato de descredenciamento ou suspensão será publicado no Diário Oficial do Município e comunicado aos consignados interessados.

Art. 17 A aplicação das penalidades previstas ficará condicionada à instauração de processo administrativo, de ofício ou a pedido do interessado, garantidos os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Parágrafo único. A instauração e aplicação das penalidades cabíveis competirá ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo.

CAPÍTULO VI

Das Disposições Finais

Art. 18 O pedido de credenciamento de consignatário e a autorização de desconto pelo consignado implicam pleno conhecimento e aceitação das disposições contidas nesta Lei.

Art. 19 É vedado o acesso de representante, agente, promotor ou corretor a serviço de consignatário nas dependências dos órgãos da Administração Pública direta e autárquica para divulgar, distribuir propaganda e vender produto e serviço a ser descontado em folha de pagamento dos servidores públicos ativos, inativos ou de pensionistas.

Art. 20 A divulgação e fornecimento de dado cadastral, funcional e financeiro do consignado, inclusive quanto ao valor de margem consignável, limite e reserva de margem, somente poderá ser realizada mediante solicitação do servidor ativo, inativo ou do

pensionista.

Art. 21 Serão mantidos os credenciamentos das entidades consignatárias e as atuais consignações, observada a vigência dos respectivos termos de convênio.

Art. 22 Revogam-se a Lei nº 677, de 09 de agosto de 2007, a Lei nº 1125, de 27 de novembro de 2013 e a Lei 1219, de 03 de dezembro de 2014.

Art. 23 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo

ANEXO I

CREDENCIAMENTO DE CONSIGNATÁRIO	
LEI Nº _____ DE _____ DE _____	
I - IDENTIFICAÇÃO:	
01 - RAZÃO SOCIAL:	
02 - CNPJ:	
03 - LOGRADOURO:	04 - NÚMERO:
05 - CEP:	06 - BAIRRO:
07 - MUNICÍPIO:	08 - UF:
09 - TELEFONE:	
10 - E-MAIL INSTITUCIONAL:	
II - SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO	
11 - Solicitamos o credenciamento da entidade acima identificada, na condição de consignatária junto à Administração Pública direta e autárquica do Município de Monte Carmelo/MG, nos termos da Lei nº _____ de _____ de _____.	
Será (ão) oferecida(s) a(s) seguinte(s) consignação (ões): a) () mensalidade a favor de entidades sindicais e associações de servidores públicos; b) () mensalidade de seguro de vida instituído em favor do consignado e seus beneficiários; c) () mensalidade de plano de previdência privada em favor do consignado e seus beneficiários; d) () mensalidade para plano de saúde em favor do consignado e seus beneficiários; e) () amortização de financiamento de empréstimo pessoal.	
12 - NOME:	13 - CPF:
14 - LOCAL:	15 - DATA: ____/____/____
16 - ASSINATURA:	
III - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO	
17 - Atendidas as exigências da Lei nº _____ de _____ de _____, () DEFIRO/ () INDEFIRO a solicitação de credenciamento da entidade acima identificada.	
18 - Justificativa para o indeferimento:	
19 - DATA E ASSINATURA DO SECRETÁRIO(A) MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO:	
20 - DATA E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS:	

ANEXO II

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo		Autorização para Desconto em Folha de Pagamento EMPRÉSTIMO	
Dados Servidor/Pensionista			
Nome:		<input type="checkbox"/> Servidor Ativo	
Matrícula:		<input type="checkbox"/> Servidor Inativo	
CPF:		<input type="checkbox"/> Pensionista	
Endereço:		Nº	Complemento:
BAIRRO:		Município	UF
Órgão de Origem/Exercício		Cidade	
Declaro que os dados acima estão de acordo com os registros nesta Unidade de Pessoa. (Identificar Unid. Pessoal e Responsável: Nome, MASP, Assinatura)		Reconhecimento de Firma em Cartório	
Local: Monte Carmelo/MG		Data:	
Autorização de Desconto - Empréstimo			
Valor Total Solicitado	Valor Total Financiado	Valor Líquido Liberado	Nº Parcelas
			Parcela
			Mês/Ano Desconto Inicial
			Mês/Ano Desconto Final
			Banco Conveniado
Pelo presente, autorizo a Secretaria Municipal de Governo e Gestão a efetuar o desconto acima em minha folha de pagamento, a favor do Consignatário:			
Local: Monte Carmelo/MG		Data:	
Assinatura do Servidor / Pensionista		Assinatura do Consignatário	
Razão Social		Sigla	
Logradouro		Telefone	
Atendente: Nome, CPF, Assinatura		RM responsável: Nome, CPF, Assinatura	

Local	Data	Local	Data
Monte Carmelo/MG			
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO			
OBS:		Validação	



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI Nº 1718, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021.



"Autoriza a suplementação de crédito especial aberto por meio da Lei nº 1714, de 24 de agosto de 2021 por Superávit Financeiro, apurado no Balanço Patrimonial no exercício 2020, na forma que especifica e dá outras providências".

O povo de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, via Decreto, crédito adicional suplementar, no orçamento do Município no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) visando à criação de dotações orçamentárias, conforme segue abaixo:

Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	02 - Atenção Básica
Função	10 - Saúde
Subfunção	301 - Atenção Básica
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividades	2.305 - Promoção à Atenção Básica em Saúde
Elemento	3.1.90.04.00.00 - Contratação por Tempo Determinado
Fonte Recursos:	255 - Transferências de recursos do Fundo Estadual de Saúde
Valor R\$	150.000,00
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal civil
Fonte Recursos:	255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde
Valor R\$	150.000,00
Elemento	3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo
Fonte Recursos:	255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde
Valor R\$	200.000,00
Órgão	02 - Poder Executivo
Entidade	04 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade	36 - Fundo Municipal de Saúde
Subunidade	03 - Bloco da Média e Alta Complexidade
Função	10 - Saúde
Subfunção	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa	4005 - Saúde Integral e Humanizada para Todos
Projeto/Atividades	2.319 - Promoção à Assistência Hospitalar, Ambulatorial e Especial
Elemento	3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal civil
Fonte Recursos:	255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde
Valor R\$	100.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito adicional de natureza suplementar, aberto por esta Lei, serão utilizados como fonte de recursos o Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observada a respectiva destinação de recurso, conforme especificado abaixo:

I. Fonte de Recursos: 255 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde;

II. Total Geral: R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 11.491, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.



"Faz dispensa a pedido que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a pedido JOÃO CARLOS ALVES MOREIRA, matrícula 441460, ocupante da função de PEM-I, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos em 31/08/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.492, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz contratação que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar JORDANNA MARIA LUIZA ROSA, matrícula 441691, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 01/09/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.493, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz exoneração que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar JULIANA FIDELIS DE SOUZA, matrícula 441273, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 27/08/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.494, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz exoneração a pedido que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no

uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido KASSIA JUMI FORTUNATO, matrícula 441611, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.495, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz contratação que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar LARISSA YAGURA, matrícula 441696, para o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INOVAÇÃO, GOVERNO E TURISMO, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 09/09/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 09/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.496, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz exoneração a pedido que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido MERIENNE REZENDE SILVA, matrícula 441578, ocupante do cargo de FISIOTERAPEUTA, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 06/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.497, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz exoneração a pedido que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido NILZA FERREIRA BERNARDES, matrícula 441582, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 08/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.498, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz exoneração a pedido que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido POLIANAALVES CUNHA, matrícula 441607, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado(a) no(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 08/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.499, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz contratação que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar RAQUEL ADRIANA DA SILVA DE QUEIROZ, matrícula 441695, para o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 26/08/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos em 26/08/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 11.500, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021.

"Faz contratação que especifica".

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Contratar ROMULO JUNIO SALGADO LEITE, matrícula 441693, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme o disposto na Lei nº 342, de 09 de agosto de 2001, com alterações posteriores, para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público, pelo período de 01/09/2021 a 31/12/2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/09/2021.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 13 de setembro de 2021.

PAULO RODRIGUES ROCHA
Prefeito Municipal

FÁBIO JOSÉ GONÇALVES
Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico, Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Centro Agroindustrial dos Produtores de Monte Carmelo – ACAPIM, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Gonçalves, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Rural da Comunidade de Água Limpa, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Lagoa, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto:

concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Coxim/Confim, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Corguinho, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Comunitária de Cambaúba, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Buritis, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade de Brejãozinho, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e Associação da Comunidade do Atalho, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Rural da Comunidade de Mata das Perobas, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e a Associação Rural dos Produtores de Perdizes, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e Associação Comunitária

dos Produtores e Trabalhadores Rurais da Comunidade Tejuca, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário da Comunidade de Córrego do Cavalo, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO: Termo de Convênio que entre si celebram o Município de Monte Carmelo e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário Areado e Capão Rico, com a interveniência da Secretaria Municipal de Agronegócio e Meio Ambiente, nos termos da Lei Municipal nº 1703, de 23 de julho de 2021. Objeto: concessão de subvenção no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), em parcela única, à Conveniada para auxiliá-la na manutenção e reparo dos tratores e implementos agrícolas de uso comum dos associados. Vigência: de 30/07/2021 a 31/12/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 88/2021 NA FORMA: ELETRÔNICA.

A Secretária Municipal de Fazenda, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar no dia 27 de setembro de 2021, às 09:00 horas o Pregão SRP nº 88/2021 – Modo de Disputa Aberto na Forma Eletrônica, tipo menor preço por item. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Bancos, Lixeiras e Playground de Madeira, para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. Entrega das Propostas: a partir de 15/09/2021 no site www.licitanet.com.br. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 27/09/2021 às 09h20min no site www.licitanet.com.br. Para obterem maiores informações os interessados poderão procurar o Setor de Licitação, de 08:00 às 11:30, e de 13:30 às 17:00 ou ligue (34) 3842-5880 ou ainda pelo e-mail licitacao@montecarmelo.mg.gov.br. O edital encontra-se a disposição dos interessados nos sites www.montecarmelo.mg.gov.br e www.licitanet.com.br, ou na sede da Prefeitura. Monte Carmelo, 13 de setembro de 2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 58/2021, Pregão SRP Nº 08/2021, Processo nº 14/2021.

Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa A. Pazinato Maringa ME, CNPJ: 04.352.905/0001-81. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Equipamento e Material Permanente, Móveis, Computadores e Acessórios, para atender as Necessidades das diversas Secretarias do Município de Monte Carmelo - MG. Com reserva de Itens para participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 58/2021, concedendo o acréscimo de 25%. Ata de Registro de Preços nº 58/2021: item 12: Bebedouro de Coluna Galão 20 Litros. 25%; 03 unidades. Valor unitário: 629,90. 01/09/2021. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 68/2021, FORMA: ELETRÔNICA– PROCESSO Nº 89/2021. Objeto: Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Dietas e

Material para Dispensação, para atender as necessidades da UTI e Hospital Municipal, Solicitados Pela Secretaria de Saúde de Monte Carmelo-MG, com Reserva e Cota de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 89/2021, modalidade Pregão SRP nº 68/2021 – Tipo: menor preço por item. **Empresas Habilitadas:** Mhedica Service Comércio e Manutenção Ltda; Mhedica Serviços Especializados em Manutenção de Equipamentos Médicos Hospitalares Eireli; Gustavo Veiga Ltda; MB Comércio de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda; NK Materiais Hospitalares Ltda. Data: 17/08/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 68/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 89/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 89/2021, modalidade Pregão SRP nº 68/2021 – Tipo: menor preço por item, em favor das Empresas: Mhedica Service Comércio e Manutenção Ltda; Mhedica Serviços Especializados em Manutenção de Equipamentos Médicos Hospitalares Eireli; Gustavo Veiga Ltda; MB Comércio de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda; NK Materiais Hospitalares Ltda. Data: 08/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 68/2021, FORMA: ELETRÔNICA, PROCESSO Nº 89/2021.** **Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresas:** Ata RP nº 233/2021: Mhedica Service Comércio e Manutenção Ltda; CNPJ: 08.245.855/0001-94; Valor: R\$ 45.000,00. Ata RP nº 234/2021: Mhedica Serviços Especializados em Manutenção de Equipamentos Médicos Hospitalares Eireli; CNPJ: 24.788.729/0001-32; Valor: R\$ 15.000,00. Ata RP nº 235/2021: Gustavo Veiga Ltda; CNPJ: 36.992.819/0002-00; Valor: R\$ 154.085,00. Ata RP nº 236/2021: MB Comércio de Produtos Nutricionais e Hospitalares Ltda; CNPJ: 40.613.881/0001-30; Valor: R\$ 53.790,00. Ata RP nº 237/2021: NK Materiais Hospitalares Ltda; CNPJ: 34.479.102/0001-53; Valor: R\$ 8.035,00. **Valor Global:** 275.910,00. **Data:** 08/09/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL
DE MONTE CARMELO**
ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO Nº 69/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 90/2021. Objeto: Refere-se à Contratação de Empresa especializada para a Prestação de Serviços de Apuração do VAF - Valor Adicionado Fiscal junto a Secretaria Municipal de Fazenda e demais órgãos da Secretaria de Estado da Fazenda, coleta de dados dos produtores rurais e informações das empresas jurídicas, Solicitado pela Secretaria Municipal de Fazenda, para atender as necessidades do município de Monte Carmelo – MG, para Participação Exclusiva de Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 90/2021, modalidade Pregão nº 69/2021 – Tipo: menor preço item. **Empresa Habilitada:** VAF Assessoria e Planejamento Ltda ME. Data: 13/08/2021. Iscleris Wagner Gonçalves Machado - Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO Nº 69/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO 90/2021.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 90/2021, modalidade Pregão nº 69/2021 – Tipo: menor preço item, em favor da Empresa: VAF Assessoria e Planejamento Ltda ME. **Data:** 03/09/2021. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DE CONTRATO. PREGÃO Nº 69/2021, FORMA: ELETRÔNICA – PROCESSO Nº 90/2021. Partes:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 meses. **Empresa:** VAF Assessoria e Planejamento Ltda ME, CNPJ: 09.506.109/0001-70. Contrato nº 113/2021. Valor Unitário: R\$ 1.850,00. **Valor Global:** R\$ 22.200,00. **Data:** 03/09/2021. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.

EXPEDIENTE

**DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO**

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)